

IDENTIFICANDO OS IMPACTOS DAS AÇÕES COLETIVAS E DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL NA CONSOLIDAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS REFORMA AGRÁRIA NO NORTE FLUMINENSE

Kíssila Neves Soares-Vitorino¹

Marcos Antonio Pedlowski²

1. Resumo

Os assentamentos rurais criados pelo governo federal normalmente decorrem da luta dos excluídos para alterar o quadro da estrutura agrária vigente. Apesar destes assentamentos não alterarem profundamente o quadro de concentração de terras existente no Brasil, estes vêm se constituindo em instrumentos de desenvolvimento regional ao causar mudanças na estrutura agrária nos locais onde estão instalados. Por outro lado, a falta de uma política pública coordenada pelo Estado favorece a criação de assentamentos sob o prisma de uma lógica apenas reativa, produzindo unidades espacialmente dispersas, muitas vezes sem infraestrutura, e com uma oferta limitada de apoio financeiro, técnico e de assistência social. Além disso, os assentamentos não são unidades internamente uniformes e, deste modo, um amplo processo de reforma agrária deverá propor atuações específicas para ampliar um setor de produtores rurais independentes e inseridos no mercado. Esta pesquisa visa estudar os atores sociais, as ações coletivas e as diversas maneira de organizações existentes dentro de assentamentos de reforma agrária (por ex: associações, cooperativa, e feiras); o nível de participação política e as estruturas produtivas existentes. Desta forma, será realizada uma análise acerca da origem sócio-geográfica dos assentados, as formas de integração inter- e intra-assentamentos, as redes sociais das quais os assentados participam, bem como o nível de evolução socioeconômica após a sua inserção dentro dos assentamentos. Para tanto, a coleta de dados deverá ser realizada em três assentamentos (Francisco Julião, Che Guevara e Dandara dos Palmares), utilizando um arcabouço metodológico envolvendo diferentes instrumentos de coleta de dado, permitindo o encaminhamento de uma análise de natureza quali-quantitativa dos dados.

¹ Mestranda no Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), graduação em Ciências Sociais na UENF, e-mail: kissilaneves@yahoo.com.br .

² Doutor em , professor UENF, e-mail: pedlowma@gmail.com .

2. Entre o passado e o presente: a história de luta pela terra

O que existe atrás da luta da terra pela reforma agrária é a justiça social e a humanização do processo civilizatório, cuja formação histórica da nossa sociedade torna incapaz a democratização da posse e da propriedade da terra modificando, assim, a sua estrutura agrária.

A Idade Média, com seu regime feudal, refletiu em todo processo civilizatório da sociedade moderna tornando a terra como símbolo de poder. E decorrente disso a luta da reforma agrária ocorreu em diversos países de maneira e forma diferenciada. A democratização da terra tem sido uma luta experimentada em muitas sociedades, desde a Europa feudal até os dias atuais nos Estados Unidos da América, com a expansão da ocupação em direção ao Nordeste e ao Centro-Oeste. Em outros países, a reforma agrária foi impulsionada por guerras, como na Itália, Japão e, fundamentalmente, no México de Emiliano Zapata e Obregon, no início do século XX. Esse também foi um movimento experimentado pelo Chile de Allende, pela Argentina, por Cuba, com Fidel Castro e Che Guevara — além dos movimentos guerrilheiros ocorridos na América Latina sempre defendendo como bandeira a propriedade de terra como forma de democratizar a posse e o uso da terra, a exemplo das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (Farc). O movimento ocorrido na Rússia, em 1917, e na China, em 1949, também reflete esse movimento nas sociedades contemporâneas (Santos et al, 2011).

Na realidade brasileira, não é diferente, a concentração da propriedade da terra tem raízes na nossa formação histórica. Esta herança histórica remonta ao processo de colonização portuguesa e as leis coloniais que introduziram graves distorções na distribuição das terras. Esta herança foi mantida a partir da segunda metade do século XIX quando ocorreu a privatização das terras. O processo de formação do espaço agrário colonial também contribuiu para uma forte hierarquização social advinda principalmente do uso de mão-de-obra escrava. Em outras palavras, a forma de ocupação e distribuição de terra levou à existência de um imenso contingente de camponeses desprovidos de terra. Além disso, a distribuição espacial dos latifúndios também contribuiu para agravar o padrão excludente no acesso qualitativo da terra, visto que as melhores ou as que tinham melhores vantagens locacionais, acabaram nas

mãos das elites, restando aos camponeses pobres, aquelas de qualidade inferior e/ou localizadas em áreas ecologicamente frágeis.

A estrutura socioeconômica, ainda, vigente na sociedade brasileira está diretamente ligada ao padrão de formação e manutenção de uma estrutura agrária altamente excludente. Além disso, o fato é que o modelo desenvolvimentista tem caracterizado a agricultura brasileira, e se baseia na grande propriedade e na monocultura agro-exportadora. Este modelo reforçou ainda concentração de terra e da renda no meio rural, marginalizando neste processo mais de dois terços da população rural. Em função das características do desenvolvimento adotado e no quadro de distribuição de terras, é que persistem no Brasil graves problemas agrários que necessitam de solução (Buainain e Pires, 2003)

A alta concentração de terra no país é, responsável pelas disparidades na distribuição da renda, da riqueza e do poder na sociedade brasileira, já que, em decorrência dela, se gerou a presença de sem-terras e de minifúndios insustentáveis, dando origem à migração rural-urbana e às migrações inter-regionais rurais. Desta maneira, a necessidade da reforma agrária permanece, pois poderia incluir milhares de famílias que se encontram excluídas do mercado de trabalho. Mas esta necessidade também permanece no âmbito político segundo Miralha (2006), pois o Brasil teria uma “dívida social” com a população pobre.

2.1. Os impasses da Reforma Agrária no Brasil

Segundo Buainain e Pires (2003), o fato é que o Brasil ainda possui uma estrutura fundiária análoga à vigente desde o período colonial. A Lei de Terras promulgada em 1850, com a qual se estabeleceu a propriedade privada das terras brasileiras, acabou servindo como um mecanismo adicional na manutenção dos nossos padrões de concentração fundiária, ao ampliar o poder político e econômico das elites agrárias.

A dicotomia existente na distribuição de terra também aparece na ação do Estado. Por um lado, temos um Estado benevolente com os latifundiários, que geralmente também fazem parte das elites políticas, e, por outro lado, um Estado que colabora para a exclusão dos camponeses dos benefícios da sua ação, a marginalização dos pobres acontece pela imposição de condições precárias de trabalho no acesso restrito à terra, e na facilitação para que haja um forte controle sócio-político por parte dos grandes proprietários sobre esta camada social. Em função disto, o discurso sobre o padrão de

concentração da terra residual foi mantida até o final da Segunda Guerra Mundial, quando por pressões oriundas do processo de redemocratização do Estado brasileiro, a questão da distribuição desigual da terra começou a ganhar espaço no cenário político nacional. De acordo com Buainain (2003) foi no período pós-guerra que a reforma agrária passou a ser vista não apenas como um instrumento de agitação política comunista, mas também como uma possível ferramenta para a dinamização da agricultura brasileira.

Por outro lado, Miralha (2006) argumenta que em 1964 os movimentos sociais e os demais setores da sociedade que lutavam pela reestruturação agrária sofreram um duro revés em função do golpe de Estado. O fato é que com a chegada dos militares ao poder, estes procuraram desmobilizar os movimentos sociais de caráter contestatório que estavam atuando tanto em áreas urbanas como nas rurais. Em função disto, no período compreendido entre 1964 e 1985 houve um profundo retrocesso na liberdade de ação das organizações da sociedade civil brasileira, e mais diretamente nas organizações camponesas. O fato é que entre as primeiras medidas tomadas pelo regime militar estava a promulgação do “Estatuto da Terra”, cujo objetivo manifesto era modernizar a agricultura brasileira a partir de uma redefinição da estrutura fundiária através da desapropriação de terras. No entanto, Pimentel (2009) afirma que o Estatuto da Terra foi criado não com o objetivo de democratizar o acesso à terra, mas para dar um amplo apoio à modernização dos latifúndios, o que ocorreu com o repasse de grandes volumes de recursos financeiros para os grandes proprietários rurais.

Entretanto para Miralha (2006), o enfraquecimento do regime militar no início da década de 1980 facilitou o retorno dos movimentos na sociedade civil brasileira, inclusive o das organizações e movimentos sociais que defendiam a necessidade da realização de reformas estruturais, incluindo a reforma agrária. No primeiro governo da Nova República presidido por José Sarney, foi criado o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que se concretizou apenas parcialmente. Mas o fato é que a maioria dos assentamentos implantados durante o governo Sarney resultou de ocupações por sem terras. Ainda nesse período, os trabalhadores conquistaram o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA). Finalmente, a criação do MST em 1985 foi fundamental para que pequenos agricultores e trabalhadores rurais passassem a ter não apenas um canalizador de suas demandas frente ao Estado brasileiro, mas tornando-se um importante instrumento para pressionar pela criação e desenvolvimento de uma identidade coletiva que servisse de base para direcionar as lutas pela reforma agrária.

2.2. A estrutura agrária fluminense e as pressões sociais desenvolvidas no processo de Reforma Agrária

Desde o período colonial, grandes áreas de terra controladas por uma pequena elite agrária ocuparam uma parcela considerável do espaço do estado do Rio de Janeiro, tendo desempenhado papel relevante nas exportações agrícolas. Assim, o Rio de Janeiro obrigam grandes latifúndios escravistas voltados para a monocultura, que foram os responsáveis pela herança de concentração fundiária que ainda persiste. Além disso, de acordo com Alentejano (1997), fatores mais recentes também contribuíram com a concentração fundiária e com a elevada improdutividade da terra, tais como a decadência da cafeicultura e do setor canavieiro; a intensa urbanização, e a atuação do setor imobiliário.

Durante o século XX, após o apogeu da exportação de açúcar (1900-1930) e do café (1970-1980), a maioria das grandes propriedades passou a se caracterizar pela ausência de dinamismo das atividades agrárias, devido à descapitalização decorrente da decadência das grandes lavouras comerciais. Este fato contribuiu para que extensas áreas do território fluminense apresentassem um nível de aproveitamento agrícola muito inferior ao potencial produtivo de suas terras (Silva, 2005). Neste sentido, os dados censitários mostram que nesse período houve um intenso processo de desruralização³ no estado do Rio de Janeiro acarretando decréscimo da população rural de 1.400.000 para 570.000 pessoas (Alentejano, 2003). Por outro lado, constituída por vinte municípios, a Região Metropolitana passou a representar um centro polarizador de recursos do Estado (Ribeiro, 2002), constituindo-se em uma área de grande concentração de população e renda (Silva, 2005).

Uma análise apurada da estrutura econômica do Rio de Janeiro aponta para uma relevante perda de espaço da agricultura, e um intenso crescimento, das atividades industriais, comerciais e de serviços. No entanto, Alentejano (1997) ressalta que a idéia de decadência da agricultura fluminense deve ser relativizada, uma vez que alguns aspectos importantes são deixados de lado. Por isso, a imagem da decadência da agricultura fluminense está fundamentalmente ligada ao fato de que a área agrícola utilizada no Rio de Janeiro é bastante reduzida, muito inferior à de todos os demais

³ Entendido como esvaziamento econômico e demográfico e perda de peso político e cultural no interior do estado.

estados da região Sudeste, sendo que a agroindustrialização é muito limitada (Alentejano, 1997, p. 68 e 69).

Por outro lado, Alentejano (1997) argumenta que a agricultura fluminense não é tão decadente, porém caracteriza-se por baixos índices de produtividade, o que acaba por criar a imagem do Rio de Janeiro como um estado onde a agricultura seria por inexistirem grandes áreas contínuas cultivadas. Entretanto, como na maioria do território brasileiro, a estrutura fundiária fluminense é caracterizada por uma grande concentração da propriedade da terra, sendo as regiões do norte fluminense, do Grande Rio, Serrana, da Baía da Ilha Grande, dos Lagos e de Campos as que apresentam índices mais elevados de concentração, sendo as quatro primeiras áreas de intensa especulação imobiliária e a última marcada pela presença de latifúndios (Leite *et al.*, 1997).

Neste contexto Alentejano (1997), afirma que a luta pela terra no Rio de Janeiro está diretamente ligada ao avanço da especulação fundiária, durante o século XX e que se intensificou crescente na segunda metade do século. Para Alentejano, a maioria parte dos conflitos acontecem em antigas áreas agrícolas que estão sendo transformadas em áreas de especulação fundiária.

Na contramão da desruralização dominante os projetos de assentamentos de Reforma Agrária começaram a serem implementados no estado do Rio de Janeiro a partir dos anos 80. A primeira intervenção do INCRA se deu em 1981 no município de Silva Jardim com a criação do PA Aldeia Velha. No entanto, o Rio de Janeiro possui projetos de assentamentos de responsabilidades distintas, sendo que alguns foram criados pelo governo estadual (ITERJ- Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro) e outros são resultados da ação do governo federal (INCRA). Sob jurisdição do INCRA-RJ existem 47 assentamentos, com 4.581 famílias num total de 60.515,01 hectares (ha) desapropriados. Tomadas em conjunto, as diversas intervenções fundiárias realizadas não são desprezíveis, somando 97 áreas que sofreram desapropriação, regularização fundiária ou que foram utilizadas para a criação de projetos de colonização. O total de famílias beneficiadas seria de 15.127 com uma área equivalente à 166.639 hectares (INCRA, 2006).

No caso em específico do presente estudo, na região Norte Fluminense, a implantação dos assentamentos rurais está relacionada à crise do setor sucro-alcooleiro, com a desativação das usinas, principalmente, por causa do endividamento crônico dos usineiros e de sua dependência em relação aos subsídios governamentais (Neves, 1997). A falência das usinas propiciou a implementação do processo de desapropriação das

mesmas por parte do Governo Federal. Portanto, no contexto da região Norte Fluminense, a presença histórica da monocultura canavieira sob o domínio dos grandes latifundiários e a existência de grande concentração de terras improdutivas, tornou possível a realização da “reforma agrária”, tendo estimulado a chegada do MST em 1996.

Os assentamentos de Reforma Agrária criados no norte fluminense vêm se consolidando enquanto espaços de produção, sociabilidade e intervenção política, apesar das condições precárias que estão imersas. Segundo Alentejano (1997), uma das principais particularidades do processo de reforma agrária no território fluminense foi o caráter praticamente indissociável da luta pela terra urbana e rural. Isto significou, na prática, que os indivíduos que se transformaram em agentes da reforma agrária, pois buscavam indistintamente terra para morar e para trabalhar.

Em função desta realidade, a maioria dos assentados é oriunda de áreas urbanas. Em função disto, ocorre a manutenção de fortes laços com as áreas urbanas, que vão desde a preservação de empregos, até o acesso constante aos serviços, ocorrendo casos de recusa explícita de ocupar lotes em assentamentos localizados em áreas da região metropolitana. Essa situação, motivou análises que previam o fracasso da Reforma Agrária. Segundo Pedlowski (2011), decorridas algumas décadas percebe-se que as previsões catastróficas não se realizaram havendo mudanças significativas na forma de tratar a Reforma Agrária. Outra característica que vem assumindo os assentamentos⁴ no estado do Rio de Janeiro é a importância que a pluriatividade vem adquirindo, especialmente no que diz respeito ao processo de formação dos assentamentos, à origem dos assentados, à dinâmica associativa e à integração com o mercado. Alentejano (2003) afirma que entre os fatores que levariam os trabalhadores rurais para a pluriatividade estão as dificuldades crescentes com a produção e comercialização da produção dos lotes o que os impede de sobreviver da renda da terra.

3. A configuração agrária no processo de desenvolvimento dos assentamentos rurais de Reforma Agrária

3.1. Os impactos de dispersão espacial sobre as chances da consolidação dos assentamentos

⁴ As atividades extras tanto dentro como fora do assentamento.

Um problema que afeta a vida dos assentados é a dispersão espacial entre os assentamentos rurais, cuja maioria acaba sendo criada no entorno de áreas marcadas pela presença de grandes latifúndios. Segundo Cardoso e Cleps Junior (2008), esta situação imposta aos assentamentos de Reforma Agrária gera enormes dificuldades para a viabilidade dos mesmos, pois esta dispersão. Este processo contribui para a desmobilização e individualização, e ainda pode acarretar entraves no deslocamento e na comercialização da produção. A dispersão dos lotes, e conseqüentemente a falta de interação entre os assentados, aliado à inexistência de uma política pública de infraestrutura voltada para o estabelecimento de estruturas de produção e comercialização, favorece a ação de atravessadores que se tornam a principal forma de acesso dos assentados a diferentes mercados (Leite, 2000). No entanto, se por um lado, a presença destes atravessadores viabilize a comercialização dos produtos, por outro lado, pressiona os preços oferecidos para baixo (Ferreira, 2010).

De forma adicional, Fernandes (2001) afirma que a distribuição espacial dos lotes de assentamentos ao redor de grandes latifúndios também cria entraves para sua sustentabilidade. Para Fernandes, a presença de grandes latifúndios em região dos assentamentos determina uma diferenciação do tratamento concedido pelo Estado, especialmente em nível municipal, onde os recursos públicos destinados ao fomento da produção agrícola acabam sendo concentrados na grande propriedade em detrimento da agricultura familiar.

Por outro lado, Brenneisen (2002) explica que diante tantas dificuldades a criação de organizações coletivas nos assentamentos rurais de reforma agrária tem sido o principal mecanismo para a sobrevivência. Isto porque através de associações e cooperativas cria-se alternativa para permanência dos agricultores assentados, pois geram empregos e renda para as famílias assentadas.

3.2. As dinâmicas organizativas dos Assentamentos Rurais: associativismo, cooperativismo, participação política e organização produtiva

3.2.1. Os diferentes mecanismos de organização e seus impactos sobre a luta pela terra e a organização de produção

Os processos organizativos nos assentamentos rurais ocorrem de diferentes formas e envolve diferentes atores sociais. Porém iremos destacar as principais formas de organizações coletivas encontrados nos assentamentos, que incluem as associações, as cooperativas, as manifestações políticas e as diversas maneiras de organizar a produção.

Inicialmente, é importante destacar uma diferenciação que Lacerda e Malagodi (2007) encontraram na forma que o MST classifica os assentamentos entre individual ou coletivo, considerando a forma que o assentamento é organizado juridicamente. Se for por associação é classificado como individual, ou seja, não praticante da cooperação: e coletivo quando há representação por cooperativa. Porém, este critério, por si só, não possui sustentação objetiva, incorrendo problemas substancial na identificação do perfil dos assentamentos. Já Leite (2000) argumenta que a organização dos assentados em associações e cooperativas acaba por trazer à cena pública processos e demandas que são capazes de mexer com a dinâmica dos municípios onde os assentamentos são criados.

Os diversos problemas estruturais nos assentamentos de reforma agrária, tais como: a precariedade com relação à infra-estrutura, as dificuldades de estabelecimento na terra relacionadas com a distância dos assentamentos em relação aos centros urbanos; a dificuldade das estradas e/ou a carência de transporte coletivo e a precariedade do atendimento à saúde; e àquelas mais gerais de reprodução da agricultura familiar, fazem com que a criação do assentamento, ao invés de ser um ponto final de um longo processo de lutas, seja um ponto de partida para novas demandas para sua viabilização econômica e social.

A nova situação criada pela inserção de um assentamento obriga os assentados a vivenciar experiências que, na sua situação de vida anterior dificilmente ocorreriam. Neste sentido, os assentamentos passam a organizar-se, procurar os poderes públicos, demandar, pressionar e negociar. Enfim, os assentados passaram a se engajar num amplo espectro de atividades que os colocam frente ao exercício da participação política. Para Heredia et al (2001), a forma predominante de organização representativa dos assentados são as **associações**, que estariam presentes em praticamente todos os assentamentos. De maneira geral, os assentamentos provocam mudanças nas relações entre os trabalhadores e as autoridades locais, quer impondo a estas novas formas de atuação, quer reforçando mecanismos tradicionais de clientelismo (comuns em situações de precariedade), e sua existência criou novas lideranças que passam a disputar espaços públicos.

Tanto para Brenneisen (2002) como para Lacerda e Malagodi (2007) a organização dos assentamentos em torno de práticas coletivas é vista como alternativa de viabilização e sobrevivência do modo de vida camponês. A criação de **cooperativas** é uma das principais formas de coletivização dentro dos assentamentos rurais. Neste sentido, Lacerda e Malagodi (2007) apontam que os camponeses estão em um permanente processo de desenvolvimento de práticas coletivas devido a necessidade de criar estratégias de sobrevivência. Por outro

lado, não seria possível considerar a formação da cooperação como se as comunidades fossem desprovidos de passado, nem como se suas histórias de vida começassem apenas a partir do seu envolvimento nos programas de reforma agrária, pois cada assentado traria consigo, suas tradições, histórias de vida e costumes.

Brenneisen (2002) afirma que há três formas básicas de organização do cooperativismo: grupos coletivos, associações e cooperativas. Nesta tipologia sugerida por Brenneisen, os coletivos correspondem à organização informal de um reduzido número de famílias de agricultores, onde estes interagem e aglomeram para compras de um conjunto de maquinários, insumos ou promoção de benfeitorias e infra-estrutura necessárias ao armazenamento e escoamento da produção. Enquanto que as associações diferem dos grupos coletivos, pelo fato das famílias se encontrarem formalmente organizadas, por meio de estatutos, regimentos internos e direções elitadas. Nesta modalidade cada família trabalha individualmente em seu lote. Já as cooperativas possuem uma organização mais complexa e abrangente e se caracterizam pela adoção de uma estrutura empresarial.

Para além das associações e cooperativas (voltadas principalmente ao processo produtivo), formam-se grupos de mulheres, de jovens e estabelecem-se grupos religiosos distintos, etc. Para Brenneisen, o processo de luta muitas vezes promove nos assentados um “aprendizado organizativo” em relação a novos grupos que passam a se formar visando novas ocupações.

3.3. O impacto local dos assentamentos na organização política e produtiva

Segundo Leite (2000) a **experiência política da luta pela terra** (qualquer que tenha sido sua forma) acaba por produzir lideranças, formas de representação, um aprendizado sobre a importância das formas organizativas e sobre sua capacidade de produzir demandas. Deste modo, a existência dos assentamentos, em alguma medida, modifica a cena política local, visto que, a criação dos assentamentos, em especial quando envolve deslocamento de população de outros municípios/regiões, implica forte pressão sobre os serviços públicos locais, e tende a desencadear novas reivindicações ou a engrossar as já existentes. Para Leite (2000) na dimensão das relações societárias há um processo de aprendizagem de formas organizativas. A luta pela terra e os procedimentos de constituição do assentamento proporcionam uma experiência de novas formas de participação e de sociabilidade entre

assentados, rearranjando e/ou recuperando redes de relações pessoais anteriores que dão origem a distintas formas de organização ou constituindo novas (Heredia et al, 2001).

De acordo com Leite (2000), a constituição do assentamento inaugura uma nova dinâmica de demandas (saúde, educação, transporte, apoio à produção, etc), que se somam e, às vezes, disputam com as de outras comunidades locais, potencialmente não beneficiadas por nenhuma atenção pública especial. Já em outros casos é a presença do assentamento que inaugura novos processos reivindicativos. Portanto, através dos assentamentos em muitos locais se constitui uma dinâmica mais participativa do que a tradicionalmente existente, visto que o simples fato de criação de uma associação inaugura uma prática política por vezes desconhecida regionalmente.

Medeiros et al (1998) argumentam que como a maioria dos assentamentos foi resultado de um processo de luta pela terra. Isto implicaria num certo nível de organização e constituição de lideranças que, não raro, acabam por participar dos processos políticos locais após o assentamento, tornando-se porta-vozes dos assentamentos e de suas demandas. O importante a ressaltar é que, apesar da diferenciação dos programas governamentais que foram levados a atuar em situações com instrumentos diversos, existe hoje um significativo segmento social, localizado nos assentamentos rurais, que dialoga com o Estado e com a sociedade, de forma específica e direcionada. Com isto, este segmento, indo além das marchas e contramarchas políticas, lograram consolidar um acúmulo de experiência e conquistas inquestionáveis e, até certo ponto, irreversíveis.

Em relação à **organização produtiva** há diversos entraves e conquistas que merecem ser explicitadas. Heredia et al (2001), explica que os assentamentos contribuem para aumentar a diversidade dos produtos agropecuários produzidos por uma dada região, introduzindo novos cultivos e incrementando significativamente a produção. Assim, os assentamentos tendem a promover um rearranjo do processo produtivo nas regiões onde se instalam, muitas vezes caracterizada por uma agricultura com baixo dinamismo. Para Leite (2000) a diversificação da produção agrícola, a introdução de atividades mais lucrativas, e as mudanças tecnológicas afetam a composição da receita dos assentados, produzindo efeitos sobre a capacidade do assentamento se firmar como um interlocutor de peso no plano local/regional. Neste sentido, o processo produtivo implementado pelos assentados tem um efeito multiplicador, com pequenos produtores de regiões próximas passando a desenvolver práticas adotadas com sucesso nos assentamentos.

Outro fator a se considerar é que o assentamento representa a possibilidade de redução das pressões sociais e econômicas sobre as famílias, pois havendo oportunidade de

trabalho no campo e integrações familiares há uma mudança nas condições de trabalho. Isto ocorre o assentado deixa o trabalho assalariado, tendo novas alternativas de reprodução, porque além de implicar melhores condições de barganha da venda de sua força de trabalho. No que diz respeito ao comércio local, os assentamentos movimentam o mercado ligado a bens de consumo (e.g.: vestimentas, calçados, alimentos, material de construção), e o de insumos agropecuários (adubos, inseticidas, etc), principalmente a partir da liberação de créditos para a produção. Assim, o mercado é dinamizado também pela venda de produtos oriundos dos assentamentos, como é o caso das feiras, da venda direta a supermercados, ocasionando um novo tipo de concorrência e de oferta de produtos que quando se considera municípios pequenos e médios tem um peso relativo maior.

Por outro lado, os assentamentos enfrentam uma série de dificuldades, principalmente no que se relaciona a aspectos produtivos. Fernandes (2001) chama atenção para o fato de que a reforma agrária no Brasil é vista apenas como uma política compensatória de criação de assentamentos, e não como um projeto estruturado pelo Estado. Neste sentido, Giuliani e Castro (1996) afirmam que os projetos de assentamento não parecem ter regras uniformes para se concretizar. Em determinados casos, a redistribuição da terra em uma determinada área vem acompanhada de propostas que já contêm todas as definições fundamentais tomadas pelo Estado. Estas definições incluem desde o número e tipo de famílias a serem assentadas, passando pelo tamanho e forma dos lotes, alcançando até organização produtiva. Deste modo, não há um diálogo prévio com as entidades representativas dos solicitantes, mesmo que, após estabelecido o assentamento, estas possam ser aperfeiçoadas com certos ajustes às características singulares dos produtores. Em outros casos, o Estado demonstra não ter nenhuma política; e apenas distribui a terra, deixando que os assentados organizem sua própria vida, como se as condições para eles se tornarem produtores, já estivessem dadas apenas com a posse da terra. Em ambos os casos, porém, o Estado sempre se relaciona com os assentados somente no plano coletivo. Neste sentido, Giuliani e Castro (1996) argumentam que o Estado está recriando uma idéia de “produtor rural” na qual prevalece a uniformidade dada pelo “local”. Neste caso, isto seria garantido pela própria estrutura do assentamento, desconhecendo, ou evita propositadamente conhecer, as diferenças internas que existem entre os assentados.

Segundo Cardoso e Cleps Junior (2008) a realidade imposta pelo Estado aos assentamentos rurais gera enormes dificuldades para a sua viabilidade, visto que a dispersão dos lotes em áreas de latifúndios dificulta a organização das famílias e sua

interação. Este fato contribui ainda para a desmobilização, e para a individualização dos grupos coletivos, tal situação pode gerar entraves para o deslocamento e a comercialização da produção. A dispersão dos lotes e, conseqüentemente, a falta de interação entre os assentados, aliados a inexistência de uma política pública de infraestrutura voltada para o estabelecimento de estruturas de produção e comercialização, favorecem a ação de atravessadores.

Além disso, Fernandes (2001) afirma que a distribuição espacial dos lotes de assentamentos ao redor de grandes latifúndios pode acarretar em outros entraves para a sustentabilidade dos assentamentos de reforma agrária. A presença de grandes latifúndios em região dos assentamentos determina uma diferenciação do tratamento concedido pelo Estado, especialmente em nível municipal, onde os recursos públicos destinados ao fomento da produção agrícola acabam sendo concentrados na grande propriedade em detrimento da agricultura familiar. Outro impacto evidenciado da presença de grandes latifúndios monocultores em regiões de assentamentos é a integração destes assentamentos rurais aos sistemas produtivos regionais.

Diversas pesquisas realizadas nos assentamentos no Norte Fluminense tais como Zinga (2004) e Haddad (2009) vêm demonstrando que as dificuldades enfrentadas pelos assentamentos rurais em função de ausência de créditos e das condições adversas de produção e inserção nos mercados estão levando os assentados a adotarem sistemas produtivos predominantes nas grandes propriedades. Isto ocorre pelo plantio de culturas agrícolas presentes nos latifúndios ou, muitas das vezes, através de arrendamento de parcelas dos lotes. Ferrante et. al. (2005) indicam que processos de integração econômica acabam colocando em questão a própria função política dos assentamentos rurais, desde que sua autonomia na produção agrícola é um caráter essencial para a reconfiguração do espaço rural.

Um aspecto que é considerado fortemente limitador para o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária é o tamanho dos lotes rurais. Neumann (2003) argumenta que o tamanho relativamente pequeno dos assentamentos é um fator restritivo para a produção, pois provoca uma menor produtividade física, resultando numa menor eficiência econômica dos lotes, o que provocaria um aumento da pobreza e do uso predatório dos recursos. De forma similar, Aragão e Malagodi (2006) afirmam que o tamanho dos lotes impõe um sério limite ao desenvolvimento pleno dos assentamentos, exigindo um planejamento muito cuidadoso das culturas a serem implantadas nele.

No mesmo sentido, Guanziroli (2002) afirma que as unidades de produção agrícolas muito pequenas sofrem de um problema de economia de escala. No entanto, Guanziroli afirma que os problemas de economia de escala podem ser resolvidos através da mecanização destas áreas através do aluguel de equipamentos ou pela compra coletiva. Da mesma forma, a comercialização pode ser organizada cooperativamente para internalizar os ganhos de escala inerentes a esta atividade.

Entretanto, a falta de crédito para o agricultor familiar e a dispersão dos assentamentos são um limitador tanto da adoção de equipamentos mais modernos para aumentar a economia de escala, quanto para a adoção de formas coletivas de produção e comercialização (Leite, 2000). De forma adicional, vale destacar que diferenças nas condições ecogeográficas e na fertilidade do solo se tornam uma fonte natural de diferenciação entre os lotes que pode até atuar de maneira perversa ao implicar numa forma interna de diferenciação no retorno do trabalho empregado pelos assentados no trabalho agrícola. Além do mais, os assentados chegam ao lote dispostos de bases econômicas, meios tecnológicos, preparo técnico e universo cultural bastante diferentes e as formas de diferenciação na entrada, obviamente, marcam as trajetórias futuras (Giuliani e Castro, 1996).

A dinâmica interna do assentamento também está relacionada com a convivência de famílias que passaram por períodos de atuação comunitária (organização da luta), mas que levaram consigo origem, cultura, disponibilidade patrimonial, composição familiar, motivações, aspirações, etc, bastante diferentes (Giuliani e Castro, 1996). Assim é razoável supor que nos aspectos organizativo e político, as dimensões específicas de cada assentamento sejam predominantes e que cada caso seja um caso. Giuliani e Castro ainda ressaltam que o assentamento é um processo político, social e cultural que passa necessariamente por diferentes fases, nas quais os diversos elementos e manifestações culturais sofrem mudanças devido à transformação do ambiente, das relações sociais e de vizinhança e das técnicas produtivas. Deste modo, Giuliani e Castro ressaltam que os assentamentos não são unidades internamente uniformes, mas se constituem em realidades complexas que adquirem especificidade a partir não somente de seu processo de constituição (organização do movimento e luta), mas também de uma série de componentes socioculturais das famílias.

5. Metodologia da Pesquisa

5.1. Área de estudo

A área de estudo onde a presente pesquisa será realizada abrange quatro assentamentos de reforma agrária localizados na região Norte Fluminense: Francisco Julião, Che Guevara, Dandara dos Palmares e Antonio de Faria. A escolha destes assentamentos se deveu a complexidade dos assentamentos e as características específicas importantes para a execução da pesquisa de campo.

O Francisco Julião é um assentamento relativamente recente, pois possui 5 anos de existência, e seu Plano de Desenvolvimento (PDA) ainda está em fase de conclusão. Portanto, a transição da fase de acampamento para a de assentamento é ainda recente, o que poderá refletir numa organização coletiva muito forte no assentamento. Este assentamento está localizado no município de Cardoso Moreira, nas terras da antiga fazenda São José de Baixo e conta com 45 famílias. O leitura do seu PDA não revelou a existência de nenhuma associação comunitária. Em termos de sistemas agrícolas foi identificada a existência de plantios consorciados onde o milho é o principal produto produzido pelo assentamento (PDA Francisco Julião, 2010).

Já o assentamento Che Guevara está localizado no município de Campos dos Goytacazes, e resulta de uma ocupação organizada pelo MST em 1998, em duas fazendas do conjunto Marrecas, que pertenciam à Companhia Agrícola Baixa Grande. As fazendas eram chamadas de “Fazenda Ilha Grande” e “Fazenda Marrecas” (Aquino, 2008) e o Che Guevara está em territórios da antiga “Fazenda Marrecas”, possuem 73 famílias assentadas. Este assentamento possui tanto associação de produtores quanto uma cooperativa de produção.

O Dandara dos Palmares foi criado nas terras que compunham a antiga fazenda Santana do Betel, com uma área total de 325 ha. A ocupação desta área ocorreu nesta fazenda, iniciando a fase de acampamento no dia 30 de janeiro de 2002 e o nome dado ao assentamento é uma homenagem à menina Dandara, que foi assassinada aos sete anos de idade por jagunços durante a chacina ocorrida em Agosto de 1995 no município de Corumbiara (RO). O processo de ocupação da área foi liderado pelo (MST) que deu o suporte inicial para a organização da ocupação da área, contabilizando 21 famílias assentadas.

5.2. Estratégias de coleta de dados

A coleta de dados privilegiará tanto dados quantitativos, quanto os dados qualitativos. Na aplicação de questionários, composto tanto por perguntas abertas, quanto fechadas, junto aos assentados. Na realização de entrevistas semi-estruturadas com os representantes dos órgãos públicos – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e da Prefeitura Municipal – também com líderes de movimentos sociais – como, por exemplo, o Movimento dos Sem Terra (MST) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) – e com as diferentes organizações existentes nos assentamentos como as lideranças e os coordenadores das associações e cooperativas, além dos participantes da feira semanal. Deste modo, os roteiros de entrevistas serão formulados especificamente para cada organização, e deverão obter a ótica dos entrevistados acerca do desenvolvimento das diferentes organizações coletivas, buscando ainda identificar os principais elementos limitadores das ações coletivas nos assentamentos, especificamente no que se refere ao envolvimento no processo de participação e mobilização. Assim, será necessário analisar os motivos que algumas organizações são bem sucedidas e outras não, além das redes de interdependência construída pelos próprios assentados.

O objetivo principal da realização dos questionários e das entrevistas é realizar uma análise do processo de organização entre os assentados e entre os assentamentos de reforma agrária na região, de modo a compreender a dinâmica política, econômica, social e espacial. Com isto será possível identificar as formas de organização política, as relações sociais e como estas relações são entendidas pelas famílias assentadas, as redes de interdependência, os meios de produção e escoamento, bem como determinar se existe presença de organizações coletivas dentro dos assentamentos e de como configura estas organizações. Outro objetivo desta coleta de dados será verificar a possível existência de ações coletivas que minimizam as distâncias espaciais entre os assentamentos, além dos mecanismos que são utilizados para produzir e comercializar os produtos dos assentamentos.

6. Resultados prévios

Com o objetivo de compreender os grupos coletivos existentes nos assentamentos e as relações sociais presente na vida dos assentados, a análise dos dados inicialmente procura realizar uma construção das organizações, dos problemas enfrentados por todos assentados na visão dos líderes de Reforma Agrária de diferentes assentamentos existentes na região Norte fluminense do Rio de Janeiro.

Figura 1 - Organizações comunitárias existentes no assentamento



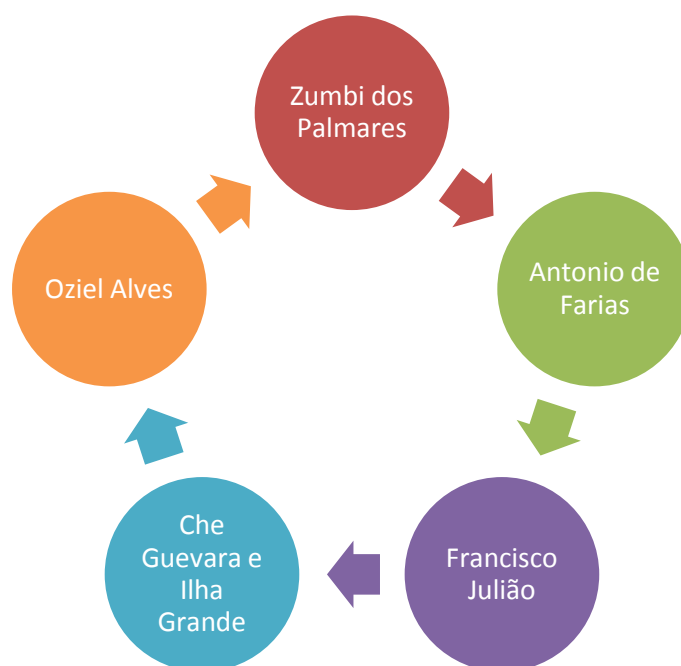
A análise da vida cotidiana dos assentados, a convivência social e o trabalho no assentamento permite perceber que os assentamentos frequentam alguns grupos formais que colaboram para a coletividade dos assentamentos, uns mais outros menos. Para analisar a participação dos assentados nesses grupos está sendo necessário conhecer quais organizações existentes efetivamente nos assentamentos e qual a frequência de participação dos assentamentos nestas organizações. Desta forma, é identificar as principais organizações existentes nos assentamento, como: associações, cooperativas, reuniões entre os próprios líderes e presença forte da CPT e feiras (Figura1).

Tabela 1 - Participação consistente dos assentados em encontros e reuniões coletivas

| Sim | Não |
|------------|------------|
| 30% | 70% |

Apesar de grande poder coletivo presente nos assentamentos, em relação a participação dos assentados em encontros e reuniões coletivas existe uma grande desmotivação, grande parte das lideranças expõem que não existe uma participação consistente visto que *a cultura da cidade não trabalha a questão de organização da sua base, prejudicando uma participação efetiva (Entrevistado 1)*. Outra questão para baixa participação dos assentados é a baixa esperança de conquista de algo novo com as reuniões que eles fazem frequentemente e não veem resultados. Há quem diga que existe uma participação efetiva, mas muitas vezes depende do assunto abordado, se for crédito, por exemplo, o quantitativo de presença na reunião sobe, mas se não for é muito baixo (Tabela 1). Isso demonstra que existe uma contradição explicitada no perfil interno dos assentamentos.

Figura 2 - Os principais assentamentos que mantêm uma relação econômica e social



Neste ponto, é importante compreender como a inserção dos indivíduos nas organizações coletivas determinará a relação de diferentes assentamentos para a valorização e a manutenção da vida nos assentamentos de reforma agrária. Os dados apontam que a inserção na luta pela reforma agrária permite a manutenção ou até mesmo o retorno destes indivíduos ao campo, mas isto tem alguns aspectos importantes como ultrapassar as distâncias espaciais em que os assentamentos estão inseridos e ter o exercício da coletividade como forma de alcançar metas e objetivos significativos para a

maioria dos assentados. Isto fica mais evidente quando os líderes evidenciam a forte relação externa dos assentamentos da região com objetivo de melhorias econômicas e sociais, como o acesso de alguns programas de aquisição de alimento como PAA e PANAI que foram fruto de ações coletivas.

Tabela 2 - Mecanismos que são utilizados para comercializar a produção dos assentamentos

| Escoação de produção | Quantidade (%) |
|-----------------------------|-----------------------|
| Venda para o Ceasa RJ | 10% |
| Atravessadores | 40% |
| Feiras | 20% |
| Venda livre | 10% |
| Venda coletiva | 20% |

É justamente o atravessador o mais recorrente canal de comercialização nos assentamentos da região norte fluminense do Rio de Janeiro, o que representa 40% da forma de escoamento de produção. Porém, os assentados vêm buscando formas alternativas para combater os principais problemas da venda com o atravessador, como inadimplência e baixo preço. Assim, há uma significativa busca em Feiras da Roça, as barracas em beira da estrada como forma de escoamento dos produtos mais perecíveis, além da venda em conjunto com outros assentados e outros assentamentos.

7. Considerações Finais

As ações coletivas e as configurações espaciais dos assentados rurais explicam possíveis diferenças no nível de organização, na realização de ações coletivas, na adoção de sistemas agrícolas e no êxito sócio-econômico do assentamento. A ausência de uma política pública coordenada pelo Estado em prol de um processo amplo de reforma agrária estabelece uma lógica de intervenções pontuais sobre situações de conflito nos assentamentos rurais. Desta forma, os assentamentos são criados sob o prisma de uma lógica que produz unidades espacialmente dispersas, e muitas vezes, sem nenhuma infra-estrutura, com apoio financeiro, técnico e de assistência social deficientes. E as condições que o capitalismo se implantou e vem se consolidando no Brasil influenciaram a adoção de um modelo conservador de desenvolvimento agrícola, baseado na modernização tecnológica, resultando a manutenção e ampliação da

concentração de terras, além da conseqüente expulsão de camponeses e trabalhadores rurais do campo em direção às áreas urbanas.

Segundo Nogueira (2007) os assentados após adquirirem os lotes expressam a visão de “libertação” da vida explorada que eles tinham anteriormente. Desta forma, é importante enfatizar que não somente a capacidade desses assentamentos de interferirem na estrutura agrária, mas também, numa perspectiva emancipatória, como um projeto de reconstrução de espaços de liberdade para a produção de roças comunitárias como formas de produção coletiva, ou para desenvolver organizações comunitárias (Nogueira, 2007).

Ademais, existem ações coletivas dentro dos assentamentos rurais que demonstram ser uma realidade complexa, porque os diversos atores envolvidos na organização interna possuem interesses, muitas das vezes, conflitantes, visto que os indivíduos carregam maneiras diferentes de planejar e vivenciar as atividades cotidianas dos lotes. Desde o acampamento até a implementação dos assentamentos rurais há divergências entre seus participantes. Neste sentido, as organizações coletivas dos assentamentos – as associações, cooperativas, assembléias, manifestações políticas e as organizações produtivas – são permeadas de conflitos internos, sendo necessário uma análise apurada destas organizações, seus atores envolvidos e suas atuações nos assentamentos. Assim, é importante entender o processo de formação dos assentamentos como sendo um produto histórico, que resulta de relações sociais específicas que sintetizam diferentes trajetórias de vida e de trabalho.

Neste contexto, está sendo possível analisar dois aspectos essenciais da dinâmica dos assentamentos rurais de reforma agrária do norte fluminense: *a função das ações coletivas* que controlam a dinâmica organizativa dos assentamentos rurais, identificando as relações sociais, as redes sociais e os perfis dos atores sociais envolvidos, e os *mecanismos organizativos* utilizados pelos assentados para minimizar a distância espacial e os entraves existentes em todo este processo.